

FORMAS DE OCUPAÇÕES: MATERIALIZAÇÃO DE UMA AÇÃO POLÍTICA.

Edvaldo Carlos de Lima - FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente
edvaldo.edvlima@gmail.com

1. Geografia e Movimento Social de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária. Rediscutindo o conceito.

[...] os conceitos, estão em incessante movimento, gerado pelas mudanças qualitativas que decorrem necessariamente do aumento de complicação quantitativa. Karl Marx.

A Geografia enquanto ciência social que busca analisar o espaço em escalas multidimensionais é também a nosso ver, uma ciência que em sua amplitude tem a preocupação em elaborar a partir de elementos específicos, conceitos que serão utilizados em seu contexto científico. Assim como as outras ciências, suas expressões são efetivadas a partir dos conceitos. Mas para se ater aos dados concretos da realidade para a construção desse conceito torna-se necessário o desenvolvimento da *práxis* no exercício empírico (trabalho de campo) para se compreender a amplitude e a totalidade do objeto de estudo.

Tratamos aqui de analisar os critérios que são adotados pelos trabalhadores na construção da organicidade do movimento em sua totalidade, suas atitudes, as atitudes de seus líderes com o compromisso da realização da reforma agrária, sua relação com o espaço ocupado, tendo como ponto de partida os investimentos nas ocupações de terras, vistas como territórios/latifúndios improdutivos. Localizamos nessa realidade uma diferencialidade no processo de apropriação do espaço e nas ideologias dos trabalhadores. Convencemo-nos de que apesar dessa diversidade de concepções entre os próprios trabalhadores, são pessoas em movimento e movimentos que buscam uma nova concepção da organicidade do território e sua dinâmica em curso. Estes se fazem pessoas e movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária porque têm como premissa o domínio político, social e cultural do território, até então ocupado, independente do curso de tempo de estadia no lugar ocupado e da sigla de luta que o representa. Mesmo no *front* da conflitualidade territorial lutam permanentemente com suas diferentes bandeiras para sua reprodução social nestes lugares de diferenças. O acampamento. Implementam suas identidades socioculturais com suas emergências impactantes. Da noite para o dia dominam o território, temporariamente ou não.

Para a compreensão dessa realidade, nos aportamos na Geografia, ciência, detentora de um conjunto de conhecimentos teórico-metodológicos que a torna capaz de responder a proposta colocada. Capaz de nos fazer compreender essa realidade de uma forma mais precisa, ou seja, um montante teórico que abrange a totalidade da dimensão territorial dos fenômenos em questão. De acordo com a leitura de Harnecker, 1973,

Toda teoria científica tem, portanto o caráter de instrumento de conhecimento; ela não nos dá um conhecimento de uma realidade concreta, porém dá-nos os meios ou instrumentos de trabalho intelectual que nos permite chegar a conhecê-la de forma rigorosa, científica. (p.14).

Porém será uma explicação diferenciada entre os referidos movimentos aqui analisados. Por exemplo, os grupos agregados ao MAST, se valem de formas de ocupação diferenciadas do MST,

mas análogas as do MAST, pois seus conceitos ideológicos são de matrizes iguais na conquista da terra, assim como suas mediações políticas.

Nosso entendimento conceitual de Movimento Social de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária vem da configuração expressa no território. Entendendo território a partir de uma produção do espaço geográfico com marcas de relações definidas pelo poder de uma classe dominante ou do próprio Estado. Essa compreensão de território abrange também uma porção do espaço geográfico definida pelas relações sociais e políticas existentes entre os grupos sociais emergentes historicamente naquele território. Sendo ainda a nosso ver o lugar onde os homens e mulheres ao apropriar-se de tal, procuram organiza-lo no espaço a partir das “condições técnicas e disponibilidades de capital de que dispõem, de forma a usufruir o máximo da utilização desse território, desse espaço” (ANDRADE, 1980, p.16).

O território é aqui entendido a partir da apropriação de uma determinada porção do espaço geográfico por um grupo social. Desde a ação da ocupação, ou seja, a entrada na Fazenda à efetivação do assentamento. Para Marcelo Lopes de Souza,

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. É também essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (ex. uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2003, p.84).

Essa compreensão confirma os processo que constroem a luta pela e pela Reforma Agrária, dando sentido ao acampamento como uma dinâmica territorial provisória, assim como os demais processos mobilizatórios da luta.

Retomando a reflexão teórico-conceitual dos movimentos do prisma Geográfico, analisamos apenas os movimentos citados anteriormente, MST, MAST e seus agregados. Nossa discussão foi iniciada a partir das entrevistas feitas em campo com trabalhadores e trabalhadoras ativistas de cada movimento. Desse processo iniciamos as análises para compreensão da organicidade e do conceito desses movimentos sociais, porque suas relações são estabelecidas na escala da ocupação de terras improdutivas, apesar das diversas compreensões e formas diferenciadas de participação desses agentes sociais, o lugar de conquista (o acampamento) que é o objetivo maior para a gestão do efetivo território, o assentamento. De acordo com FABRINI, o território do camponês é entendido a partir do assentamento. Segundo o autor, o assentamento se constitui

no espaço de realização de ações coletivas e comunitárias em que os camponeses constroem o território. Trata-se de um território porque o espaço do assentamento é politizado, ou seja, os assentados têm a posse, controle, domínio, poder sobre este espaço que antes pertencia ao latifundiário. (FABRINI, 2003, p.10).

No estudo do território, Pontal do Paranapanema percebemos que as características acentuadas em sua identidade territorial é resultado das relações entre os grupos sociais de expressão hegemônica no sentido econômico, social, político e cultural.

Esta paisagem comporta a consolidação do domínio territorial pela classe dominante do lugar ocupado, ou seja, criando as fronteiras (cercas dos latifúndios) e ampliando a desigualdade social entre as classes sociais existentes nesse lugar. Trata-se principalmente das classes, Latifundiários e Trabalhadores organizados (MST/MAST e outros). Assim essas territorialidades são entendidas por nós como o domínio das relações de poder exercidas pela classe dominante. Essas relações, em suas extremidades se configuram com varias formas de violências.

Nesse sentido, o conceito de Movimento Social de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária (MOSLUTRA) na “leitura” geográfica, deve ser abordado em conjunto com outras ciências afins, para que este conceito expresse mais fundamento e importância para esta ciência. Entendendo que o conceito é de fundamental importância para a explicação dos conhecimentos científicos. A partir daí forma-se então o sistema teórico que aborda a compreensão dos processos que fundamentam a dinâmica e o objetivo dos fenômenos sociais ocorridos no mundo real.

No plano das teorias sociais o objeto é apresentado a partir do pensamento, e esse objeto passa a ser compreendido pelo sujeito a partir de suas características e significações gerais, sejam concretas ou abstratas. Isso está vinculado às políticas estruturais que organizam o coletivo social. No caso das ciências sociais.

Entende-se então que uma teoria social sistematiza e credibiliza conceitos e conhecimentos diversos que dominam o fenômeno e sua apropriação do território.

O MOSLUTRA simboliza um espaço político que objetiva transformar as formas de organização desse espaço da sociedade do capital que controla os meios de produção. Trata-se aqui especificamente de movimentos que lutam contra a manutenção do arcaísmo social empreendido no regime latifundiário, e professam a busca da dignidade humana a partir do uso coletiva da terra.

Nesse ideário inserimos as formas em que os movimentos sociais de luta pela terra têm se utilizado para se oporem à ditadura imposta pelo poder do capital e pelos interesses materiais que comandam as ações dos trabalhadores, através do uso do poder do Estado e da elite latifundiária, constituído nesse território. Este território de estrutura e identidade própria - Pontal do Paranapanema tem se reproduzido ao longo de suas dimensões geográficas¹ realimentando uma ideologia alienante atendida pela sociedade em todas as suas dimensões socioculturais.

Os agentes (pessoas que não são adeptas ao movimento) reconstrutores dessa ideologia não perpassam a vontade e a perspicácia dos que são adeptos ao movimento. Aparece então o conflito social a partir da luta de classes. Latifundiários x Trabalhadores organizados. Essa conflitividade se expressa materialmente sob formas de ocupações e acampamentos nos territórios dominados. E essa relação de dominação e poder faz parceria contra os trabalhadores na união dos latifundiários com o Estado. Esse binômio, Latifundiário/Estado responde a ação política dos movimentos com repressão, violência policial e dos jagunços. Essa violência é filtrada e distorcida pela imprensa, e repassada para a sociedade como elemento de contraposição para os trabalhadores. Nesse sentido, o trinômio Latifundiário/Estado/Imprensa, realiza a prática do controle social e político na escala regional, mantendo essa região em estado de barbárie social no processo de favelamento rural, ou

¹ A totalidade dessa região é limitada por 900.000 hectares, tendo como terras devolutas, um total de 444.000 hectares (terras públicas) derivadas do “grilo mãe” da Fazenda Pirapozinho/Santo Anastácio. (OLIVEIRA, 1996, p. 115).

seja, mantendo as famílias acampadas em condições precárias nos acampamentos com o mínimo de infra-estrutura por períodos indeterminados. Esse contexto é mostrado por imagens que possibilitam a percepção dessa realidade geográfica. Como veremos no item a seguir anunciado pelas respectivas fotografias.

Outras “leituras” geográficas. O acampamento: dimensão territorial do fenômeno.

Uma grande dificuldade para compreender o aparecimento de novos sujeitos dos direitos do povo no campo, novas formas de organização e de luta, está nos métodos e nos esquemas teóricos utilizados pelos autores que se dedicam ao estudo das transformações sociais no meio rural. José de Souza Martins

Em sentido geral as fotografias expostas ao longo deste texto, encarregam-se de representar o sentido e o significado da temática posta, dando ao leitor a liberdade e a sutileza da percepção para interpretar o fenômeno via texto e foto. Essa comunicação fotográfica a nosso ver é um meio de difundir além da escrita, as características dos lugares e as diversas formas de ocupação e uso do território. São elas: acampamentos, assentamentos, ocupação de áreas públicas como trevos, rotatórias, terrenos baldios em áreas urbanas, áreas vazias ao longo das rodovias, manifestações de protestos em oposição aos latifúndios improdutivos, etc.

Essas ocupações se dão principalmente pelo fato de o latifúndio estar marcado pelas seguintes situações jurídicas: litígios, indefinições, desapropriadas, não desapropriáveis, em desapropriação, griladas, sem vistoria, desapropriação suspensa e outras. Por isso as fotografias em geral tornam-se elementos fundamentais para mostrar as partes desse todo, abordado pela pesquisa, independente da ótica científica de análise. Cabendo especificamente nesta temática refletir sobre os desdobramentos realizados pelas ações políticas desses MOSLUTRA. Neste sentido, pretendemos compreender as formas e o significado das ocupações empregadas por estes movimentos. Explicitando que os agentes compositores destes movimentos assumem uma nítida consciência de conhecimento e de prática da realidade territorial em que vivem.

O fenômeno da ocupação de terras devolutas está associado aos conflitos sociais no campo com variações escalares dando formas na espacialidade da luta. Os processos de ocupação são respostas ao fenômeno da grilagem, praticado historicamente como um exercício de natureza expansiva do capitalismo brasileiro, que segundo Martins

É um capitalismo baseado na propriedade da terra, no latifúndio, na desigualdade dos estamentos, na hierarquia do mando e do medo. É completamente diferente do capitalismo baseado no capital, na abstração do capital e suas relações juridicamente igualitárias. O latifúndio é real. A riqueza, a nossa concepção de riqueza é uma concepção especulativa. Não é uma riqueza baseada diretamente no trabalho; é uma riqueza baseada nas mediações de exploração e da especulação. Compra-se por pouco e vende-se por muito. (1993, p.25).

É um capitalismo que privilegia apenas uma das classes (latifundiários) em conflito, em detrimento da outra (trabalhadores). O fenômeno é secular e participa diretamente da

“formação das classes, profundamente antagonizadas face à concentração da renda e a diferença entre os níveis de poder e isso provocou durante quase cinco séculos de colonização, atritos e lutas, ora sob a forma individual, entre senhor e escravo, entre proprietário e trabalhador, ora entre

grupos sociais antagônicos, formados pelos proprietários de um lado e trabalhadores do outro”. (ANDRADE, 1980 p.74).

Essa realidade histórica nos coloca hoje diante de um outro fenômeno conflitivo, a ocupação, mas com formas novas e diferenciadas entre os grupos de trabalhadores organizados que lutam pelo mesmo objetivo, a terra para sua reprodução social. Mas, estes estão acometidos por processos político-ideológicos que os submetem à diferencialidades, tanto nas formas de ocupação como na própria gestão do território ocupado, desde os caminhos do acampamento até o assentamento.

Essa diferencialidade do fenômeno está presente em todo território ocupado em que analisamos. Trata-se então dos acampamentos do MAST e do MST. Trata-se aqui especificamente dos acampamentos e seus lugares. São registros de experiências que identificam a relação do homem com a terra no sentido da organização do meio, assim como o compromisso com a realidade social de cada indivíduo, trabalhador rural sem terra. Esses registros identificam também a ousadia e a consciência da necessidade de convencer a classe oponente (latifundiários) e o Estado pela ação política, a ocupação.

As formas de ocupação, além do político, carregam também o sentido da relação de poder no âmbito das classes em conflito. Seus precedentes nos dois sentidos são históricos e merecem atenção mútua, tanto no que diz respeito a classe trabalhadora como no da classe latifundiária. Porque a conquista da terra sempre foi feita de várias maneiras, desde os processos ilegais como a grilagem até as divisões de grandes propriedades para reforma agrária. Sendo este último, o processo que viabiliza social e economicamente o uso da terra, tanto no sentido jurídico, quanto no sentido social. Destacando a grilagem como forma coercitiva ou *manu militari* que favorece a concentração das terras, tornando-a improdutiva, conseqüentemente inviabiliza o desenvolvimento dos processos econômicos e sociais do território, pressupondo ainda a violência no campo.

As ocupações feitas pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST) e seus agregados, arvorizam um sentido democrático de ocupar a terra improdutiva, conveniência ideológica de forças políticas partidárias do PSDB e da SDS. Essa conduta será ressaltada durante a observação das fotografias dispostas ao longo desse texto. Tendo em vista que todos os seus acampamentos são construídos entre a estrada e a cerca da fazenda. Ideologicamente é entendido que a negociação com o fazendeiro é algo que não pode ser desprezado antes do processo de ocupação. Essa impressão pode ser comprovada nas Figuras 1 e 2.

Trata-se do acampamento Mário Covas construído pelo MAST. Liderado por Francisco Gomes de Oliveira, dissidente do MST. É um acampamento com aproximadamente 3 anos existência e reivindicação. Sua localização é estratégica, ocupa uma localização configurada em um local de fácil visibilidade pelas autoridades, pela imprensa, e por outros seguimentos sociais.

Na entrevista gravada com o Sr. Francisco, fica confirmado sua indignação com as formas de ocupação e procedimentos políticos utilizados pelo MST. Ele afirma que neste momento está realizado por estar executando decisões discutidas em assembléia, inclusive as formas e os locais de ocupações, e a opinião de todos os trabalhadores é respeitada. Nunca se faz nada sem que seja decidido em assembléia, e *eu gostaria que fosse assim, no MST*. Segue trecho da entrevista.

A maioria da liderança do MAST é dissidente do MST, já foram pessoas que passaram por coordenações do MST, como eu por exemplo, antigamente. Fui coordenador do MST na época em que eu peguei o meu

lote. Aí depois que eu peguei o lote, eu estava na luta e via coisas que não era do meu acordo, então saí fora, foi quando montaram o MAST em Primavera. Então nos entrosamos e vamos lutando de acordo, porque todas as coisas que fazemos são decididas em assembleia, e são respeitadas. Todas as ações em que vamos fazer são decididas em assembleia. No MST é diferente, quem não fazer como eles querem eles convidam pra sair do movimento. Então eu não aceitei. Por isso estou contente com o MAST. Estou nesta luta por causa dessa forma que nos trabalhamos hoje.

Neste acampamento, Mario Covas (Figuras 1 e 2), são feitas três reuniões por semana, sendo uma no domingo. Durante a semana, ocorre, uma reunião na quarta-feira e outra na sexta-feira. A reunião da sexta-feira é chamada de reunião caseira, somente para saber quais são os problemas internos do acampamento, e quais são as possibilidades de mudança no cotidiano das 200 famílias acampadas. A reunião do domingo é caracterizada como assembleia geral, já definindo os principais pontos de decisão que foram tomados pela assembleia.

A figura 1 mostra, parte do cotidiano da família acampada. Neste barraco mora um total de sete pessoas, incluindo três crianças e quatro adultos. Vivem neste barraco de lona e estrutura de madeira com o mínimo de infra-estrutura.

As condições de vida são precárias. O cotidiano é complementado com a poluição sonora e aérea dos veículos que circulam na sucessão dos dias e das noites ao longo da Rodovia.

Este acampamento pelo seu tempo de existência (3 a 4 anos) está estruturado com infra-estrutura mínima, subumana, como em todos os acampamentos, independente do movimento que comanda a organização.

Trata-se de uma forma de luta social que classifica e qualifica o espaço ocupado com uma vocação política estabelecida no princípio da mudança do controle do território. Tirando este do atual “dono”, por uma questão de sobrevivência material do grupo e até mesmo pela correlação de forças políticas emancipatórias que o movimento vai adquirindo na seqüência das ocupações com acampamentos. Essa forma de organização para a ocupação, mesmo que seja pouco radical, somente entre a cerca e a estrada, trata-se de um processo de conscientização política entre os trabalhadores sem terra do MAST. Essa ação coletiva é reivindicatória dos direitos sociais básicos que já é obrigação do Estado, é também contestadora de uma organização do espaço que favorece a apenas ao latifundiário.

O entorno do barraco é limitado pela cerca e pela estrada, mas está também visível aos olhos da sociedade e da imprensa, assim como das autoridades “competentes” locais. Nesse lugar, o INCRA intercala trimestralmente a concessão de cestas básicas que não são suficientes para manter as famílias. Logo, essa situação os obriga a voltarem à condição de trabalhadores bóias-frias. A relação permanente com o barraco, particularmente na forma de organização dentro e fora do barraco nos permite uma leitura do universo simbólico da luta perante os movimentos envolvidos diretamente na questão agrária. Esse universo é materializado nas formas e na constituição do barraco.

A nosso ver, o acampamento é um território de complexas relações sociais que contempla o conceito de território geográfico, é social, material e político, por isso é um produto social materializado. Toda dimensão do acampamento e do barraco é concreta e política, por isso são movimentos territorializados, mesmo que seja temporário. Um acampamento também é território, assim como sua organização social e política, independente de sua sigla ou segmento político. Os movimentos aqui

analisados são territoriais. Suas ações são realizadas no território e estão presentes nos lugares controlados pelas forças políticas opostas, os latifundiários, seja dentro ou fora da cerca, coexistem nas relações de poder, controlam aquela fração do território com seu poder político.

Segundo a imprensa e os princípios institucionais da sociedade burguesa, o acampamento é denominado de invasão, mas o sentido do acampamento é ocupar um espaço para dar-lhe um sentido político e social que beneficie a comunidade que realmente produza na terra, os trabalhadores sem terra. Em nossa concepção, o acampamento é uma ocupação de um espaço improdutivo. Esse espaço improdutivo é responsável pela promoção do princípio da instabilidade social e econômica de um lugar. É também um mecanismo concreto e definidor da luta de classes. Esses princípios não ficam claros na ideologia da imprensa global e da sociedade burguesa. É uma leitura que diverge totalmente da realidade posta pelo universo simbólico da luta pela terra.

O acampamento é território porque suas reuniões e todas as decisões políticas dentro do espaço territorializado pelos latifundiários são de plena autonomia e controle de suas lideranças e a base do movimento, independente da forma de gestão que se toma, este território é controlado por um grupo determinado. Suas ações políticas são elaboradas a partir das reuniões ocorridas ao longo da existência dos limites do acampamento. Esse acampamento concede identidade ao movimento.

É uma gestão política diferenciada do MST no sentido da radicalidade das ações e da precisão da ocupação. O lugar de ocupação escolhido pelo MST também é uma das bases da sua estratégia de luta na conquista da terra, (Figuras 2). Na maioria das vezes a ocupação é feita no interior dos grandes latifúndios e de áreas críticas que provocam a reação imediata do Estado e da sociedade do capital. Normalmente são ações radicais de caráter ofensivo para conter as reações violentas e organizadas do Estado e da UDR (União Democrática Ruralista).

As ações de ocupação do MAST naturalmente estão controladas pela ideologia social-democrata, dispensando as formas radicais adotadas pelo MST, mesmo sabendo que os resultados dessa estratégia de ocupação são previstos para longo prazo, verticalizando as condições precárias de vida da população camponesa acampada, (Figuras 1).

A figura 1 mostra as particularidades dos barracos, como espaço de socialização política, internamente organizado para as famílias. Mas dispõe também de uma forma a se comunicar com os demais barracos vizinhos no sentido de facilitar a comunicação entre as pessoas ali territorializadas, neste momento histórico determinado e marcado pelos barracos do acampamento. Em sentido geral são os acampamentos de luta pela terra quem determinam a dinâmica territorial do Pontal do Paranapanema e de todos os espaços de conflitos de luta pela terra. Independente do movimento que dimensionou essa materialização da luta.

A disposição material dos objetos que compõem os barracos nos acampamentos faz parte da dinâmica e da estratégia da luta desse movimento. Trata-se de uma organização familiar de forma a facilitar o acesso aos objetos e utensílios utilizados no cotidiano da família como em uma casa tradicional: o poço de água, o lixo externo da casa, os brinquedos das crianças, os animais domésticos, a varanda, o varal de roupas etc, nada difere dos moldes de uma casa convencional. Mas em condições precárias na qualidade de vida, mesmo que a família entenda que é um estado

provisório. É um território com dinâmica de transformação permanente, e que suas condições de sem terra são provisórias.

Esta é uma análise que mostra uma visão panorâmica da forma de ocupação que o MAST adota em seu processo de luta e organização desse território com os barracos. Como já esclarecemos anteriormente, os limites do barraco é a estrada e a cerca da fazenda. Por esse motivo, tanto a liderança como a base do movimento não considera uma invasão como afirma a imprensa, mesmo que esteja nestes limites espaciais, não deixa de ser uma invasão porque é julgado como um rompimento dos princípios institucionais da propriedade privada. Tendo em vista que esta ideologia foi moldada pelo Estado e pela sociedade burguesa.

De modo geral, os trabalhadores lutam para conquistar um território que contemple suas necessidades básicas de vida, querem ocupar um espaço desocupado e sem produção, que beneficie o coletivo daqueles trabalhadores. Pois o que está em voga são suas vidas materiais que se mantêm num processo constante de instabilidade econômica e social.

Validamos aqui o que foi citado por Feliciano (2003), sobre o conceito de acampamento. De modo geral o acampamento é

“uma passagem que poderíamos considerar como adaptatória para um grupo que em breve se transformará em grupo de vizinhança permanente. Para os acampados, representa receber uma nova condição, a de ser sem-terra, significada no interior dessa coletividade inédita a que eles passam a pertencer. É o momento de re-significar valores, moldando-se à nova realidade, aprofundando-se na nova tarefa de enfrentamento com o poder estabelecido e construindo expectativas para a estabilidade que virá” (FELICIANO apud TURATTI, 2003, p.120).

Essa realidade traz às famílias uma formação consciente da luta de classes materializada na formação concreta do acampamento e seus complexos desdobramentos. Mas essa situação adaptatória não é prevista nos espaços de tempo entre os acampados. Esta observação é uma resposta unânime dos acampados, “hoje estamos aqui, amanhã já não sabemos onde estamos”. Mas de qualquer forma os trabalhadores acampados deste acampamento vendem sua força de trabalho para sobreviver, na categoria de bóia-fria. O lugar de resistência e luta tem consistência social a partir do trabalho, mesmo sendo precarizado. Essa ação é designada pela oferta de trabalho temporário, nas imediações do acampamento. Este, portanto, é um aspecto que configura o acampamento como um território com uma determinada estrutura social organizada.



Figura 2: Acampamento Mario Covas – MAST.
Fonte: Trabalho de Campo – 2004.

A vista panorâmica do acampamento dos MAST é uma realidade que difere o MAST do MST, tendo em vista que os acampamentos do MST em relação aos do MAST têm as mesmas características na disposição dos componentes territoriais, mas suas ações políticas, efetivamente tratam-se de concepções ideológicas diferenciadas. Como mostra a Figura 2. Essa diferença fica evidente quando observamos ao longo da estrada, a construção de obstáculos no meio da pista, feitos com o propósito de fazer com que as instituições, imprensa e a sociedade detenham-se na situação da causa. Naquele lugar, os trabalhadores além da luta pela causa, carregam em seus sentimentos a experiência de um universo simbólico arraigado de significados originados em seu último espaço de luta, outro acampamento, ou sua antiga casa.

Esse atual espaço de luta (Figura 2) é construído com obstáculos que reduzem a velocidade dos carros para que o acampamento seja melhor observado pela sociedade e pela imprensa. É também um convite às entidades alheias a participarem desse processo político de construção de uma sociedade mais justa. Esse convite forçado tem o objetivo de fazer compreender a realidade que envolve os trabalhadores, quando ocupam uma porção do território, tirando assim a visão distorcida da imprensa e da sociedade alienada do processo de luta.

E apesar de estar entre a cerca e a estrada, o acampamento configura um ambiente de ampla complexidade no sentido da ocupação, sua magnitude territorial é repercutida em escala nacional, especialmente quando a imprensa faz sua divulgação. Essa repercussão é negativa e punitiva para as famílias acampadas e para o movimento em seu todo. Tendo a imprensa como um forte instrumento de oposição à luta pela terra e pela Reforma Agrária.



Foto 3: Acampamento Jahir Ribeiro - MST – Município de Presidente Epitácio/SP.

Fonte: Trabalho de Campo – 2004.

Este acampamento foi fundado em 2003, por José Rainha Junior, totaliza aproximadamente 4.000 famílias de trabalhadores sem terra. Foi denominado de Nova Canudos, com o objetivo de pressionar o governo a cumprir a promessa de assentar 1.400 famílias na região do Pontal. Trata-se de uma luta política que envolve imediatamente o poder local (prefeitura), a imprensa e o “dono” do latifúndio, e, dependendo dos desdobramentos e das práticas mobilizatórias dos trabalhadores organizados, a dimensão desta prática (a ocupação) pode ter um resultado (desapropriação para reforma agrária) que abranja as demais escalas. As formas de ocupação e o acampamento já constituem um espaço de luta e combate ao latifúndio improdutivo, pois age efetivamente contra o poder público local, da mesma forma que desencadeia novos processos que provocam a atenção do governo estadual e federal.

Nesse cenário aparecem os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária (MAST e MST) utilizando-se da relação ocupação/acampamento como eixo central do processo de luta, fazendo como produto dessa relação, os assentamentos de reforma agrária. Mas, o acampamento ‘é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do metabolismo do capital e sua expressão nos lugares’ (THOMAZ JUNIOR, 2004, p.10).

A intenção é mostrar através da fotografia, a dinâmica territorial e seus desdobramentos recorrentes no Pontal do Paranapanema pelo viés da luta pela terra e pela reforma agrária. E dentro deste complexo no interior do movimento social de luta pela terra, visualizamos a subjetividade da trama social que envolve as classes sociais fragmentadas pelo poder do capital, tendo em vista inclusive a divisão e os rachas dentro da própria classe trabalhadores no campo, a partir das diferenças ideológicas expressas nas formas de ocupação e acampamento.

Ficou identificado em nossas investigações que as formas diferenciadas de manifestações por meio de ocupações e acampamentos do MAST, é típica das determinações delegadas por seus líderes vinculados ideologicamente pela Social Democracia Sindical (SDS) e pelo Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB). Essa forma de manifestação, a ocupação de terras, deve ser feita de forma democrática. Ao longo da fala de um dos líderes do MAST, ele tenta explicar como o movimento torna-se democrático nas suas formas de manifestações na luta pela terra e pela reforma agrária em comparação com o MST. A liderança entende que os acampamentos instalados em áreas públicas visíveis, como trevos e beiras de estradas faz-se necessário para que todos os seguimentos da sociedade atentem-se para a necessidade de se fazer a reforma agrária sem que seja preciso romper a cerca perante a estrutura fundiária.

Referencias Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correa de. A 1980. a (ANDRADE, Manuel Corrêa de. Latifúndio e Reforma Agrária no Brasil. Livraria Duas Cidades. Manuel Correia de Andrade 1980. 115p.).

MARX, Kal. O Capital: O processo de produção do capital. In: **Crítica da economia política**. São Paulo. Difel (Livro I, Volume I), 1982.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Os mitos do agronegócio no Brasil. 2004. **XII Encontro Nacional do MST**, São Miguel do Iguaçu, PR, 2004. (s/i).

THOMAZ JUNIOR. Antonio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. In: **Revista PEGADA**. Presidente Prudente: Departamento de Geografia/Unesp, v. 1 e 2, nº 5, 2004.

FELICIANO, Carlos Alberto. Os camponeses rebeldes. Dissertação de Mestrado. USP, 2003.

FABRINI. João Edmilson. A Resistência Camponesa nos Assentamentos de Sem-Terra. Coleção Thésis. Edunioeste. Cascavel. 2003, 275 p.

CORRÊA, Roberto Lobato in: CASTRO, Iná Elias de. Geografia: Conceitos e temas, p.15,